

São Paulo, 4 de junho de 2007.

31 de maio de 2007, um dia vitorioso!

Mais de 8 mil estudantes, professores e funcionários da Unesp, USP e Unicamp ocuparam as ruas de São Paulo. Lembrando os tempos da ditadura, em que o atual governador de São Paulo era o presidente da UNE (sic!), mais de 400 policiais montaram um bloqueio para impedir a chegada dos manifestantes ao Palácio dos Bandeirantes



A comunidade unespiana foi presença marcante na manifestação de 31 de maio.



Próximo ao Palácio, um cordão de 400 policiais impediu a continuidade da passeata.

À direita, o presidente da Adunesp, Milton Vieira do Prado Jr., aguarda entrada da comissão para negociar com o governo

Associação dos Docentes da UNESP

O dia 31 de maio foi histórico para as universidades estaduais paulistas. Saindo do campus da USP, cerca de oito mil pessoas, entre elas várias caravanas dos *campi* da Unesp, fizeram uma grande passeata pelas ruas de São Paulo. No dia anterior, frente à força da mobilização, o governo havia divulgado o “Decreto Declaratório nº 1”, estabelecendo importantes recuos em relação aos decretos assinados no início do ano e que comprometiam a autonomia das universidades.

O objetivo da passeata era chegar ao Palácio dos Bandeirantes, mas um enorme cordão policial, com mais de 400 PM's, postados no cruzamento das avenidas Francisco Morato e Morumbi, impediu a passeata de seguir adiante. Revoltados, os manifestantes gritavam: “Ô Serra, seu farsante, na ditadura fingiu que era estudante!”, numa alusão ao fato de o atual governador de São Paulo ter presidido a UNE nos anos 60.

Na tentativa de resolver o impasse, uma comissão das entidades do Fórum (Sintunesp, Adunesp, Sintusp, Adusp, STU, Adunicamp e Sinteps), além de representantes estudantis e da Conlutas, foi recebida por alguns secretários de Serra. A comissão solicitou que a tropa de choque fosse retirada e registrou as nossas reivindicações: abertura de negociação com o Executivo por mais verbas para educação, divulgação periódica dos dados de arrecadação de impostos e continuidade da análise dos possíveis pontos dos decretos do governo que ainda ameaçam a autonomia das universidades estaduais paulistas.

A tropa de choque não recuou e o ato estendeu-se até a noite, quando os manifestantes decidiram retornar à USP.

O que é o Decreto Declaratório?

Conforme a Adunesp divulgou no boletim anterior (nº 12), um dia antes da passeata, em 30 de maio, o Diário Oficial trouxe a publicação, a pedido do governo Serra, do “Decreto Declaratório nº 1”. Nele, o governo reescreve parte dos decretos anteriormente divulgados. Numa primeira análise, o Fórum das Seis considera que houve um recuo expressivo do governo,

o que significa um avanço em relação à manutenção da autonomia nas universidades estaduais. Neste “Decreto Declaratório”, o governo reafirma o seguinte:

- Manutenção da verba em contas específicas de cada universidade, na Nossa Caixa, mas com a publicação diária no SIAFEM, como previsto no decreto 51.636 (ressalte-se que o Fórum não vê problemas na publicação diária, pois isso reafirma a transparência);
- Possibilidade de remanejamento de verbas como ocorria anteriormente;
- Afirma que não se aplicam às universidades os decretos 51.471, 51.473 e 51.660, que vedam a contratação de pessoal e contingenciam verbas. Diz que não se aplica às universidades a comissão de política salarial, reafirmando a negociação salarial entre o Fórum e o Cruesp;
- Modifica a redação de alguns pontos do decreto 51.461 (que cria a Secretaria do Ensino Superior), retirando a expressão “pesquisa operacional” e reafirmando a ampliação de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Mantém a idéia de “formas alternativas de formação em nível superior”, porém, garantindo a deliberação interna na universidade;
- Retira os artigos 20 e 24 do decreto 51.461, que apontavam a ingerência da Secretaria de Ensino Superior nas universidades.

Embora considere tais medidas um recuo do governo, produto direto e incontestável do movimento de greve dos três segmentos, o Fórum ainda vê problemas nos decretos. A manutenção dos decretos 51.460 e 51.461, por exemplo, significa a intenção política do governo de fragmentar os diferentes níveis de ensino, ferindo a autonomia universitária ao deixar em diferentes secretarias as três universidades, o Centro Paula Souza e a educação básica.

Por outro lado, fica mantida a Secretaria de Ensino Superior (ainda que sejam retirados os artigos 20 e 24), deixando em aberto qual será a sua relação política, educacional e administrativa com as universidades.

Assim, decretos importantes 51.460, 51.461 e 51.636 permanecem quase que integralmente, com a ressalva vaga do Decreto Declaratório nº 1 sobre a autonomia das Universidades. Sendo que é mencionado no artigo 1º do Declaratório que essa autonomia deva reger a aplicação do decreto 51.636. Perguntamos: como? Já que este em quase todo o seu corpo viola claramente tal autonomia!



Associação dos Docentes da UNESP

TODOS ÀS ASSEMBLÉIAS!

Conforme divulgamos no boletim anterior da Adunesp (nº 12), as unidades devem realizar assembléias até esta terça, dia 5/6, para discutir os indicativos do Fórum das Seis:

- ✓ Avaliação do "Decreto Declaratório nº 1", publicado no dia 30/5/2007 no Diário Oficial;
- ✓ Avaliação da proposta do Cruesp de reajuste salarial (concessão de 3,37% de reajuste agora e negociação da parcela fixa de R\$ 200,00 somente em outubro) ;
- ✓ Continuidade da greve;
- ✓ Rodada de assembléias nas unidades até 5/6 (terça-feira);
- ✓ Próxima reunião do Fórum das Seis no dia 6/6, às 11h, na Unicamp, mesma data em que ocorre nova negociação com o Cruesp (às 15h).